

Editorial

Lourdes M. Bandeira,
Ana Cristina M. Collares
& Tânia Mara C. Almeida*

* Professoras do
Departamento
de Sociologia da
Universidade de
Brasília.

Temos o prazer de apresentar mais um volume da revista *Sociedade e Estado*, no caso o volume 3 do número 31, ano em que completamos 30 anos de existência. Nesse marco, anunciamos também que este volume será o último a ser apresentado na forma impressa. No entanto, informamos que haverá a publicação de um número extra, comemorativo aos 30 anos da revista, cuja publicação ocorrerá no início de 2017. A partir de 2017, nossa revista será disponibilizada aos leitores apenas em formato eletrônico. Além dos artigos disponibilizados nos sítios de indexação, continuaremos mantendo todas as características da publicação impressa nos números disponibilizados no nosso sítio na internet, no endereço <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado>>.

O último número de 2016 abre com um interessante dossiê sobre o protocolo de pesquisa referente aos estudos sobre a circulação de culturas e conhecimentos, entrecruzando-se e interpenetrando-se nas diversas idas e vindas de sua movimentação. O dossiê é organizado pelo professor Edson Farias e, em suas palavras, enquanto um problema sociológico,

a circulação cultural e do conhecimento diz respeito aos empréstimos, às transferências, às mimetizações e às recepções cruzadas entre diferentes matrizes socio simbólicas, saberes, técnicas, ideários, instituições, formatos, mídias e posições de autoria, bem como à formação de esferas públicas, mitologias, afetividades, mercados e identidades intelectuais confrontadas a contextos de produção assimétricos, como o europeu, o africano, o norte e o sul-americano, além do brasileiro.

Assim, os diversos artigos que compõem o dossiê examinam a interpenetração das culturas mediante a circulação de objetos de consumo, conhecimentos, imagens, histórias, circulação essa que transforma e hibridiza os elementos em seu percurso, criando novas identidades e novas definições de si e do outro naqueles com os quais entra em contato. Nessa perspectiva, a coletânea de textos que fazem parte do dossiê descreve, desde os sentidos implicados em histórias, fábulas e lendas que circulam entre o Brasil e a França, até a importância dos aromas e do perfume na construção história da identidade brasileira, ou mesmo a criação de pinturas das fa-

velas cariocas, pensadas como *souvenirs* para os visitantes, mas que criam e recriam a identidade desses lugares.

Em uma perspectiva diferente, nos artigos de fluxo contínuo, Luiz Augusto Campos discute a possibilidade de realizar a análise sociológica através da perspectiva do “sujeito reflexivo” a partir de Luc Boltanski, saindo do pressuposto de que os sujeitos sociais são conscientes e capazes de julgar e criticar o mundo no qual atuam. O autor confronta essa perspectiva com a de “competência reflexiva” de Margaret Archer, a qual implicaria em uma expansão da perspectiva de Boltanski além de uma aplicação mais prática da mesma. Ainda na reflexão sobre a capacidade dos sujeitos de agirem individualmente e na comunidade, Ricardo Fabrino Mendonça discute a democracia deliberativa sob uma perspectiva pragmática, que poderia trazer elementos de compreensão “para além de Habermas”.

Já em uma aplicação mais direta da análise da agência na sociologia, Tiago Ribeiro Duarte discute os padrões de colaboração e de fluxos de informação entre cientistas no campo específico do estudo das mudanças climáticas, uma discussão extremamente heterogênea que reúne cientistas de um sem número de disciplinas diferentes. A respeito da influência do clima na transformação do espaço, Mylene Nogueira Teixeira, em “O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço” discute o (des)equilíbrio entre sociedade e natureza nos processos de transformação do espaço. Utiliza para isso a análise das transformações do sertão semiárido brasileiro, inicialmente regida pela natureza inóspita e as desvantagens climáticas do local, e em um segundo momento pela valorização do bioma da região. Em todo caso – para a autora –, nos dois processos a transformação foi marcada pela violência. No primeiro momento o extermínio da população nativa, no segundo a exploração de forma não sustentável das reservas naturais.

Dois outros artigos deste número discutem a problemática da violência ou do desvio sob diferentes perspectivas. No primeiro, Rodolfo Arruda Leite de Barros faz uma leitura analítica da obra *Golden Gulag*, de Ruth W. Gilmore, sobre a expansão prisional ocorrida no estado da Califórnia, Estados Unidos. Através da leitura desse livro, que rediscute a chamada economia política da pena, Barros procura retirar elementos e traçar paralelos que permitam compreender melhor a expansão prisional do estado de São Paulo em terras brasileiras. No segundo artigo, Daniel Schroeter Simião e Luís Roberto Cardoso de Oliveira discutem o tratamento judicial e as estratégias de controle da violência doméstica no Distrito Federal entre 2010 e 2011, buscando compreender os condicionantes das práticas de atendimento à mulher vítima da violência doméstica para além da Lei n.º 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, especialmente no que se refere à “suspensão condicional do processo”.

Este é um dispositivo usual de encaminhamento dos processos que consiste em suspender o processo legal “desde que o marido, companheiro ou ex-companheiro se comprometesse a mudar seu comportamento em relação à mulher”.

O número conclui, como de costume, com uma resenha, nesse caso elaborada por Juliana Capra Maia sobre o livro *Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil*, de José Augusto Leitão Drummond (2014), e com os resumos de teses e dissertações realizada pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB.